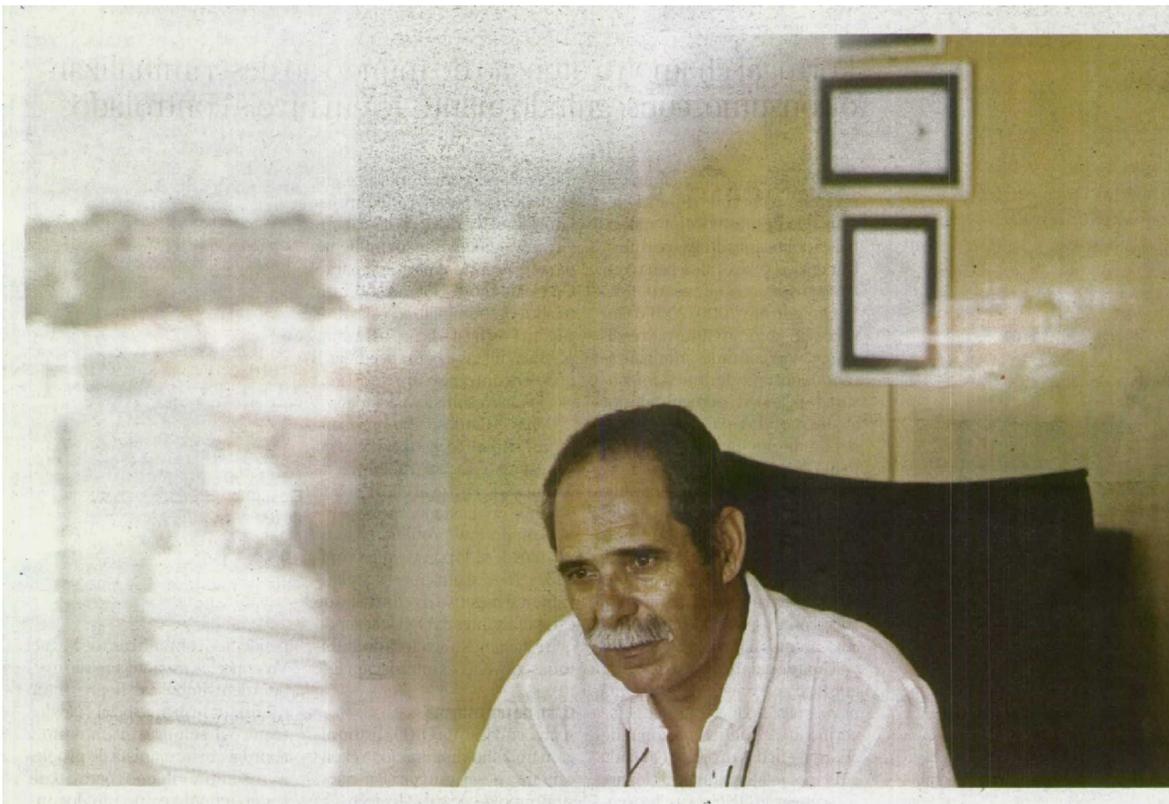




MANUEL CARDOSO, VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODPENDÊNCIA

“Vivemos num mundo globalizado onde há um ‘boom’ cultural a acontecer”



A descriminalização não trouxe nenhum dos grandes medos. Mas os jovens vivem num mundo globalizado, de onde recebem muitos estímulos

Se quisermos medir o sucesso da política de drogas portuguesa, para que indicadores devemos olhar?

Para todo o tipo. É evidente que o que nos confere o estatuto de política-modelo tem a ver com a descriminalização. Mas a intervenção portuguesa é muito mais vasta. A descriminalização é só uma medida, que facilita a intervenção. Mas não vale por si (ver pág. anterior).

Como se desenvolveu em Portugal uma abordagem integrada às drogas e toxicodpendência?

Nos anos 1980 e início dos 1990, a

droga era uma das principais preocupações dos portugueses (quando agora está no 12º ou 13º lugar). A toxicodpendência era visível nas ruas e na degradação das pessoas. A criminalidade associada ao consumo também era relativamente alta. O HIV explodia. Chegados a 1987, Leonor Belez, e apesar de as competências nessa altura serem da Justiça, criou uma resposta na Saúde – o CAT das Taipas. Anos mais tarde, em 1997, a Assembleia da República determina a criação de respostas terapêuticas em termos nacionais para responder a essa necessidade. Houve desde sempre uma preocupação nacional de responder ao problema de forma global.

Porque é que se coloca tanto a tónica do sucesso na descriminalização?

Por um lado porque a própria ONU esteve contra. Por outro porque o modelo proibicionista que existe no mundo começa a ser posto em causa. E nós viemos mostrar que aquela que

era a grande preocupação associada à descriminalização não se verificou. A toxicodpendência diminuiu. A infecção por HIV entre toxicodpendentes diminuiu dramaticamente, tal como o consumo por via endovenosa. E a prevalência de consumos nos mais jovens parece estar a baixar. Mesmo a criminalidade relacionada com os consumos caiu.

Como é que a vossa intervenção interfere na criminalidade?

Resulta das necessidades que os toxicodpendentes deixaram de ter. Temos 38 mil indivíduos a ser acompanhados na estrutura IDT e mais 15 mil nas de redução de danos. Se pensarmos que os que estão a ser tratados não consomem e que cada um deles gastava entre 30 e 50 euros/dia, isso dá à volta de 500 milhões de euros/ano, que não são desbaratados. E quem está nos programas de redução de danos, se tiver de consumir, já o faz de forma mais tranquila.

Como respondem a críticas de que uma política tolerante estimula o consumo e dá sinais errados à juventude?

Quando vemos os consumos da população geral, é evidente que eles aumentam. Mas se em toda a Europa o número de experimentadores aumentou a um ritmo superior ao de Portugal, devemos ficar mais ou menos preocupados?

Depende se sinaliza menor eficácia nas políticas de dissuasão.

Mas nós vivemos num mundo globalizado, há um “boom” cultural a acontecer e a tendência é para que os jovens procurem substâncias que lhes altere o seu estado de espírito. Isto é todo um processo cultural e psico-social, que tem de ser trabalhado. Mas ainda assim, mantemos uma das mais baixas taxas de consumo da Europa, excepto para a heroína. E não se pode dizer que o facto de termos descriminalizado aumentou os consumos.

alguns números sobre consumo de droga

12%

consumidores usaram pelo menos uma droga ao longo da vida. A cannabis é a mais comum.

7.549

processos instaurados pelas Comissões de dissuasão em 2009. Cannabis justifica maioria.

38.875

tratamentos de toxicodpendentes na rede pública, em 2009. 7.643 foram primeiras consultas.

42%

das infecções pelo “vírus da sida” estão relacionadas com a toxicodpendência.